

ANDRÉ LUIZ LOPES

Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela
Escola Superior Dom Helder Câmara (2013)
Pós-Graduado em Direito Público, Direito Civil, Direito Processual Civil
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (1994)
Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara desde fevereiro/09,
onde leciona a cadeira de Prática III (Direito Administrativo,
Previdenciário, Responsabilidade Civil do Estado e Ações Constitucionais)
e Estudos Aprofundados de Direito Administrativo

SÉBASTIEN KIWONGHI BIZAWU

Mestre e Doutor em Direito Internacional pela Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Professor de Direito Internacional Público e Privado na
Escola Superior Dom Helder Câmara
Pró-Reitor do Programa de Pós-Graduação em Direito
Professor de Metodologia de Pesquisa no Curso de Mestrado em
Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na
Escola Superior Dom Helder Câmara

AÇÃO POPULAR E DANO AMBIENTAL

PREVENÇÃO E REPARAÇÃO



Belo Horizonte

2014

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge M. Lasmar
André Cordeiro Leal	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
André Lipp Pinto Basto Lupi	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dirceô Torrecillas Ramos	Nelson Rosenvald
Emerson Garcia	Renato Caram
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Roberto Correia da Silva
Florisbal de Souza Del’Olmo	Rodolfo Viana Pereira
Frederico Barbosa Gomes	Rodrigo Almeida Magalhães
Gilberto Bercovici	Rogério Filippetto de Oliveira
Gregório Assagra de Almeida	Rubens Beçak
Gustavo Corgosinho	Vladimir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire
Jorge Bacelar Gouveia – Portugal	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2014.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Alexandre Bomfim

L864 Lopes, André Luiz
Ação popular e dano ambiental / André Luiz Lopes e Sébastien
Kiwonghi Bizawu. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.
125p.

ISBN: 978 85 8238 0/8 9

1. Direito ambiental. 2. Ação popular ambiental – Natureza jurídica.
I. Bizawu, Sébastien Kiwonghi. II. Título.

CDD: 341.347
CDU: 34: 577.4

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte
CRB/6-1047

Rua Pernambuco, 1408, Loja 03 – Savassi
Belo Horizonte/MG - CEP 30130-151
Tel: (31) 3031-2330

www.araeseditores.com.br
araes@araeseditores.com.br

Belo Horizonte
2014

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XI
APRESENTAÇÃO	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL	4
1.1 Do conceito de meio ambiente	5
1.2 Do desenvolvimento sustentável e do direito ao meio ambiente saudável	8
1.3 Do bem ambiental	12
1.4 Do dano ambiental	14
CAPÍTULO 2	
AÇÃO POPULAR	16
2.1 Natureza jurídica da Ação Popular Ambiental	17
2.2 Origem e evolução da Ação Popular	18
2.3 A Ação Popular no Direito Comparado	20
2.4 A Ação Popular no Brasil	21
2.5 Diferença da Ação Popular disciplinada pela Lei nº 4.717/65 e a Ação Popular Constitucional	25

2.6 Do objeto da Ação Popular	27
2.7 Da natureza transindividual dos bens/interesses tutelados	31
2.8 Do interesse difuso: conceito.....	32
2.9 Requisitos da Ação Popular.....	33
2.10 Da legitimidade ativa ad causam na Ação Popular.....	36
2.11 Da legitimidade passiva ad causam na Ação Popular.....	38

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM NA AÇÃO POPULAR AMBIENTAL E O CONCEITO DE CIDADÃO	41
3.1 Da legitimidade ativa ad causam do maior de 16 anos e menor de 18 anos de idade na Ação Popular Ambiental.....	45
3.2 Da legitimidade passiva ad causam na Ação Popular Ambiental	49

CAPÍTULO 4

DA PETIÇÃO INICIAL	51
4.1 Da competência.....	53
4.2 Da possibilidade de liminar.....	56
4.3 Dos pedidos do autor popular	58
4.4 Da atuação do Ministério Público na Ação Popular	60
4.5 Da prescrição	63

CAPÍTULO 5

DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	67
5.1 Da responsabilidade civil objetiva aplicada ao Direito Ambiental	69
5.2 Diferença da teoria do risco integral e teoria do risco administrativo.....	74
5.3 Da responsabilidade civil solidária do Estado por dano ambiental	76
5.4 Do dano moral (extrapatrimonial) ambiental.....	77
5.5 Excludentes da responsabilidade civil no dano ambiental	78

CAPÍTULO 6

A SENTENÇA CONDENATÓRIA NA AÇÃO POPULAR AMBIENTAL	80
--	----

6.1 Da quantificação do dano ambiental.....	84
6.2 Critérios para mensuração do dano ambiental e a fixação do quantum indenizatório na sentença.....	86
6.2.1 Técnicas de valoração do dano ambiental.....	88
6.2.2 Metodologias de valoração do dano ambiental.....	91
6.2.2.1 Métodos diretos.....	91
6.2.2.2 Métodos indiretos.....	93
6.3 Da reparação do dano moral (extrapatrimonial) ambiental.....	94
6.4 Dos recursos.....	97
6.5 Do cumprimento da sentença.....	98
6.6 Da coisa julgada e dos efeitos da sentença.....	98
6.7 Da destinação dos valores obtidos na sentença da Ação Popular ambiental.....	100
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS.....	104